

LEGIÃO PORTUGUESA

A Legião Portuguesa foi fundada por proposta de J. Botelho Moniz e é criada oficialmente pelo Decreto-Lei nº 27058 de 30 de Setembro de 1936, na sequência de ideias favoráveis à criação de uma instituição cujo objectivo *seria defender o património espiritual da Nação e a ameaça comunista*.

É presidente da Junta Central da Legião Portuguesa até 1944 João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), antigo discípulo e assistente de Salazar.

A formação desta organização, deparou-se com alguma resistência por parte da Governação, inicialmente, até porque o regime não tinha tido necessidade de se apoiar em nenhum tipo de milícia para se afirmar – ainda menos numa tendência que agrupava grande parte da direita radical portuguesa e sectores ligados à organização sindical e corporativa, como o Nacionalismo Lusitano, a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, a Liga 28 de Maio e antigos apoiantes de Sidónio Pais – , antes pelo contrário, foi no desespero da situação geral que a Nação aceita as condições, duras, mas fundamentais à salvação da Pátria.

Salazar, em oposição frontal com a criação de qualquer tipo de milícia, atento à vontade da direita radical e daqueles sectores recém-chegados ao regime, aproveita então os ânimos e direcciona-os para a formação da Legião Portuguesa.

Destas organizações e movimentos surgiram os primeiros dirigentes da Legião Portuguesa a par com ex-nacionalistas-sindicalistas provenientes da ruptura com o Movimento-Nacional-Sindicalista chefiado por Rolão Preto.

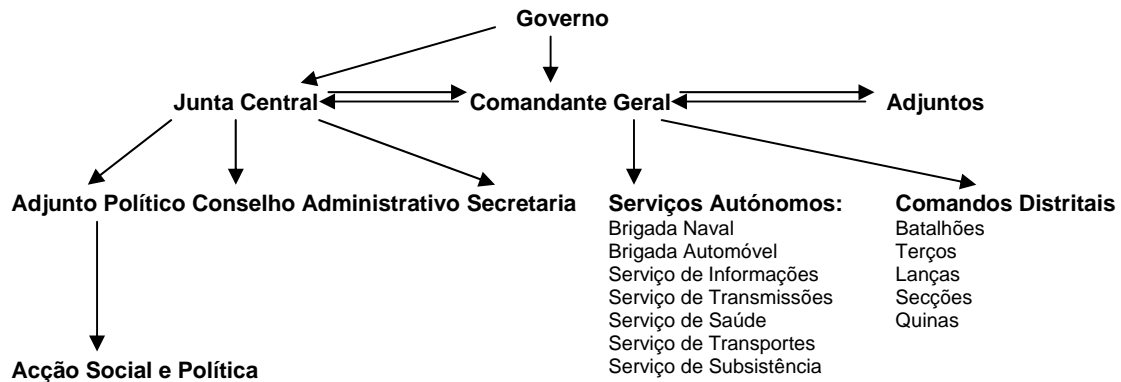
Difere este organismo, como aliás a Mocidade Portuguesa, de outros pretensamente congéneres na Europa, do facto de não ter sido produto da vontade do Governo, mas sim da vontade de apoiantes próximos; tal como também já referimos não terem tido intervenção na instauração e manutenção do regime – à data nem existiam.

Ganhou forma e força após a grande manifestação realizada na Praça de Touros do Campo Pequeno em 28 de Agosto de 1936 e fica sob a alçada dos Ministérios do Interior e da Guerra.

É-lhe conhecida como incumbência principal a defesa do País por imperativos da guerra Civil de Espanha; chega ao conhecimento do Estado português, através da imprensa espanhola que existia alguma agitação da Frente Popular com o apoio militar daquele país contra o Estado Novo com a conivência do próprio governo e de forças comunistas chegadas de outros pontos a fim de fazerem a revolução em Espanha e passar então a Portugal. Reinava a preocupação da unificação ibérica com a formação de uma Federação de Repúblicas Soviéticas da Península.

Havia que regular as acções desta força e enquadrá-la na realidade do momento. Para o efeito é submetida a dependência directa ao Governo e actuava geralmente sob as ordens da autoridade civil ou militar. A sua estrutura hierárquica estava organizada da seguinte forma:

ORGANIGRAMA DA LEGIÃO PORTUGUESA



A organização dos órgãos centrais da Legião vinha prevista, desde logo, nas “bases” que regulariam o funcionamento da Legião e que surgiam em anexo ao Decreto-Lei criador da milícia. A Base V previa que a Legião fosse superiormente dirigida por uma junta, nomeada pelo Governo e composta por “pessoas de formação e espírito nacionalista”. Dela faziam parte “oficiais do Exército e da Armada com relevantes serviços à Revolução nacional” e também o comandante da Legião. Assim veio a suceder. A Junta Central da Legião Portuguesa era composta por cinco membros, nomeados pelo governo, primeiro sintoma evidente do estreito controlo que sobre a milícia era exercido. Dos cinco membros da Junta dois, pelo menos, deviam ser oficiais do Exército ou da Armada. Devia reunir uma vez por semana e competia-lhe estabelecer as “directrizes superiores” da actividade da Legião, aprovar os regulamentos internos e os orçamentos da Legião Portuguesa, “exercer em última instância a acção disciplinar” e nomear os comandantes distritais, sob proposta do Comando-Geral. A Junta Central nomearia ainda um adjunto para a “acção social e política”.

Durante o período de 1936 a 1944, a Legião portuguesa foi dirigida sucessivamente por três Juntas centrais. A composição da primeira Junta Central da Legião Portuguesa foi conhecida a 26 de Setembro de 1936. Era presidida por João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) e dela faziam parte João Nepomuceno Namorado de Aguiar (enquanto Comandante-Geral), Armando Álvaro Gil Fortée Rebelo, Artur Águedo de Oliveira e Teófilo Duarte. No mês de Novembro de 1937, esta primeira Junta apresentou a sua demissão, na sequência de uma crise aberta desde Junho de 1937. O novo elenco directivo, que tomou posse a 25 de Novembro de 1937, era ainda presidido por Costa Leite e dele faziam parte Casimiro Vítor de Sousa Teles (novo Comandante-Geral desde Setembro de 1937), José Beleza dos Santos, Francisco José da Fonseca Coutinho de Castro e Henrique Ernesto de Sena dos Santos Tenreiro. Finalmente em 1944, tomou posse uma nova Junta Central presidida por André Francisco Navarro, pelo novo Comandante-Geral, Francisco Higinio Craveiro Lopes e ainda por Jorge Oom, João Ameal, Mariano Moreira Lopes e Henrique Tenreiro.

... Entre 1936 e 1944 a Legião Portuguesa conheceu três comandantes-gerais: João Namorado de Aguiar, Casimiro Sousa Teles e Francisco Higinio Craveiro Lopes. Os adjuntos do Comando-Geral foram inicialmente Humberto Delgado e Abranches Pinto

e, sob o comando de Casimiro Teles, José Filipe da Silva Neves, Correia Guedes e Afonso Eurico Ribeiro Casais, que formaram o Estado-Maior da Legião Portuguesa. Com Craveiro Lopes é Horácio de Sá Viana Rebelo quem vem assumir a chefia do Estado-Maior.

... Durante o período de 1937 a 1944, o Conselho Administrativo da Legião Portuguesa foi constituído por António Sebastião de Spínola, António Pita e José Bento.

... A Brigada Naval da Legião Portuguesa foi comandada, ao longo destes oito anos, por Henrique dos Santos Tenreiro (...). Alguns dias depois, Henrique Tenreiro foi nomeado delegado da Junta Central para a constituição da Brigada Naval (...). Ainda em Dezembro, Henrique Tenreiro foi autorizado oficialmente a prestar na Legião Portuguesa como Comandante da Brigada Naval que, no início de Janeiro de 1937, contava já com 400 legionários. Segundo o relatório que Costa Leite, Presidente da Junta Central, envia a Oliveira Salazar em 1939, o batalhão de Lisboa da brigada Naval era composto nesta altura por 1430 legionários inscritos.

... A Brigada Automóvel é criada a 10 de Março de 1937; é nomeado comandante das Forças Motorizadas Legionárias Independentes Pedro Filipe de Brion. Os regulamentos da Legião portuguesa previam que no interior de cada Comando Distrital se pudessem organizar grupos de automobilistas, motociclistas ou ciclistas (...) em 1939 contava com 334 legionários.

... Em Dezembro de 1936 foi decidida a organização do Serviço de Informações. Um documento do Comando-Geral, datado de Agosto de 1938, permite conhecer mais em pormenor a organização dos SI da Legião. O Serviço de Informações tinha como missão fundamental a vigilância de elementos antagónicos (...). O caminho a seguir pela Legião era, portanto, o de exercer apertada vigilância em todo o País.

... Deve-se ao voluntariado de um grupo de rádio-telegrafistas amadores, a criação da Brigada dos Correios e Telégrafos da Legião portuguesa, que em 9 de Setembro de 1936 fez chegar à presidência do Conselho o oferecimento dos seus préstimos; mais tarde esta Brigada seria dissolvida e daria lugar ao serviço Técnico Legionário dos CTT.

... É promulgado em Novembro de 1937 o regulamento dos Serviços de Acção Social e Política da Legião portuguesa e inaugurados oficialmente em 18 de Dezembro de 1937 no antigo palácio do grémio Lusitano; foram divididos em duas secções:

Acção Social

Cujo objectivo era facultar assistência económica e moral aos legionários e suas famílias que dela carecessem.

Acção Política e Cultural

Os seus objectivos eram a promoção da cultura cívica dos legionários, a divulgação dos princípios fundamentais que orientam a Legião e, em geral, da doutrina política da Revolução Nacional, a acção ideológica anticomunista, a organização do desporto dos legionários e a preparação dos legionários para serviços de natureza não militar.

Foi também prevista a formação de grupos de legionárias femininas que tinham como tarefas os serviços auxiliares, de saúde ou de acção social e deles podiam fazer parte as mulheres com mais de 18 anos, que apresentassem autorização dos pais ou do marido.

No decorrer da II Guerra Mundial, em Abril de 1942, é atribuída à Legião importante responsabilidade na organização da Defesa Civil do Território.

Tinham por objectivo prestar socorro às vítimas de ataque aéreo e colaborar com todos os serviços de socorro já existentes, ou que posteriormente viessem a ser criados; colaboravam em caso de guerra com os Serviços Militares e, em tempo de paz com as organizações e autoridades superiores no estudo e organização de medidas defensivas. Estavam também previstas actividades de intensa propaganda em todo o território português, no sentido de vulgarizar os conhecimentos indispensáveis sobre Defesa Passiva.

Por Decreto-Lei de 2/4/1942 fica definido que a Defesa Civil do Território se destinava a assegurar o regular funcionamento, em tempo de guerra ou de grave emergência, das actividades nacionais e, são definidos seis pontos essenciais:

- 1. A defesa das populações e da riqueza pública contra ataques aéreos;*
- 2. A guarda das comunicações, das obras de arte, dos centros vitais de qualquer natureza contra ataques da aviação inimiga;*
- 3. A guarda ou inutilização nas zonas de retaguarda e do interior de tudo o que possa ser útil ao inimigo;*
- 4. A inutilização de tentativas de destruição dos bens públicos por parte dos agitadores estrangeiros ou nacionais;*
- 5. A vigilância das actividades exercidas por estrangeiros, normal ou eventualmente residentes, e por nacionais, atentórias da segurança militar do território;*
- 6. A preparação moral da Nação para a guerra no sentido de fortalecer o espírito de vitalidade e de resistência da população e a coesão nacional em face de perigo.*

Os efectivos desta corporação por volta de Abril de 1939 rondariam cerca de 53.000 legionários no continente e ilhas adjacentes.

Quadro da distribuição por distritos

<i>Comandos Distritais</i>	<i>Núcleos</i>	<i>Legionários</i>
<i>Angra do Heroísmo</i>	<i>4</i>	<i>628</i>
<i>Aveiro</i>	<i>19</i>	<i>1202</i>
<i>Beja</i>	<i>21</i>	<i>560</i>
<i>Braga</i>	<i>12</i>	<i>2270</i>
<i>Bragança</i>	<i>12</i>	<i>973</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>19</i>	<i>1760</i>
<i>Coimbra</i>	<i>12</i>	<i>2530</i>
<i>Évora</i>	<i>13</i>	<i>1470</i>
<i>Faro</i>	<i>21</i>	<i>1874</i>
<i>Funchal</i>	<i>1</i>	<i>535</i>
<i>Guarda</i>	<i>3</i>	<i>2641</i>

<i>Horta</i>	?	284
<i>Leiria</i>	17	2163
<i>Lisboa</i>	33	10015
<i>Lisboa (Brig. Automóvel)</i>	1	334
<i>Lisboa (Brigada Naval)</i>	1	1430
<i>Ponta Delgada</i>	1	1438
<i>Portalegre</i>	15	1285
<i>Porto</i>	15	6420
<i>Santarém</i>	19	2632
<i>Setúbal</i>	13	1530
<i>Viana do Castelo</i>	10	2726
<i>Vila Real</i>	24	4209
<i>Viseu</i>	24	4209

Se 1939 foi considerado o momento mais alto de alistamento na Legião, 1943 foi o ano em que se acentuou uma descida muito considerável.

No que se refere ao financiamento da Legião, este teve que recorrer a soluções fora do orçamento do Estado, criando a categoria de “Amigos da Legião” para os que contribuíssem com subsídios; cerca de 70% da receita com que a Legião contava no seu orçamento de 1937 provinha deste expediente. Passada essa euforia do início e por dificuldades, várias, invocadas, o orçamento proveniente do voluntarismo tornou-se cada vez mais reduzido até passar a contar exclusivamente com o apoio do Governo.

Mas, o desconforto no ceio da Legião não era apenas financeiro; houve desde sempre forte reacção ao facto de depender do Exército. Não conseguiu Namorado de Aguiar ver satisfeitas as propostas de reforma da milícia. Em 1 de Setembro de 1937, a Legião Portuguesa passa a ter novo Comandante-Geral o general Casimiro Teles, que remodela os órgãos centrais e assim a Legião continua a actuar sob as ordens directas do Governo e da autoridade civil ou militar que no momento tutelasse a ordem pública; torna-se simultaneamente mais militar e menos política.

Com a aprovação do Regulamento dos serviços administrativos da Legião Portuguesa e do Regulamento da Legião Portuguesa, começam a chegar aos diversos batalhões e comandos distritais as primeiras armas; procede a uma limpeza rigorosa desde o início de 1938 até cerca de meados e são afastados cerca de 900 legionários ex-nacionais-sindicalistas da facção Rolão Preto, monárquicos e comunistas.

Finalizada a expurgação da organização, em discurso aos legionários, Oliveira Salazar, em 11 de Março de 1938, definiu a Legião como *uma força destinada a vencer*; e lembrou: *Parece a alguns que o nosso poder ofensivo é afectado exactamente porque não pregamos o ódio (...) mas seria incompreensível que adoptássemos os mesmos processos que combatemos.*

Esclarecida neste momento, a recusa constante do Governo do Dr. Oliveira Salazar em distribuir armas e munições à Legião Portuguesa!

Só em 1940 a Organização Militar da Legião Portuguesa confirmou a obrigatoriedade de ser solicitada a isenção de licença de uso e porte de arma, fazendo passar pelo Comandante-Geral a concessão de licenças anuais para qualquer legionário poder usar armas de fogo.

Desde o seu surgimento foi sempre uma dor de cabeça para o Governo português, pelas simpatias que sempre demonstrou – e não escondia – por regimes radicais fascistas existentes na Europa, chegando mesmo a criar alguns embaraços à política externa da Nação (é exemplo a carta entregue a um elemento da missão britânica por ocasião da visita a Portugal a fim de tratar a questão do armamento do Exército, em 21 de Fevereiro de 1938).

Mesmo relativamente à posição de neutralidade de Portugal durante a II Guerra Mundial, foi de apoio a sua posição ao Governo enquanto não se deu a invasão da Finlândia pela União Soviética. Através do Boletim da Legião Portuguesa surgiram imediatamente os apoios à causa alemã e a crítica a *países que teimam em não definir as suas posições muito compreensivelmente aliás*, sem sequer se preocupar em salvaguardar a posição neutral de Portugal.

A cegueira germanófila dos elementos da Legião Portuguesa atingia por vezes situações tão extremas quanto prejudiciais; o caso da expulsão do nosso correspondente na BBC, Fernando Pessa porque teve uma vez de anunciar uma palestra na qual se falava da corajosa resistência russa.

Havia que preparar a Nação para o pós-guerra e em Dezembro de 1944, na remodelação dos seus dirigentes são nomeados o engenheiro agrónomo André Navarro, Presidente da nova Junta Central e o então coronel de aeronáutica Francisco Higinio Craveiro Lopes, Comandante-Geral.

Também a relação com a Mocidade Portuguesa não foi pacífica, porque era entendimento da Legião que aquela instituição devia estar-lhe subordinada – e os seus elementos obrigados por exemplo à saudação – pelo pressuposto de que ao atingirem os 21 anos de idade deveriam ser incorporados na Legião e assim prosseguirem o seu ideal em defesa da Nação. Havia no entanto outro entendimento pela parte dos dirigentes da MP, também pelo facto de existirem muitos rapazes que eram estudantes superiores e portanto com nível intelectual e social superior a alguns graduados da Legião. Pela surpresa do facto interveio o capitão Humberto Delgado que era simultaneamente adjunto militar da Legião e membro do Comissariado da Mocidade que verificou exactamente a situação.

Foi já na tutela de Marcelo Caetano aquando da sua nomeação para Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, que algumas divergências foram banidas. Uma a idade limite de permanência na MP, até aos 21 anos ou até à terminação dos respectivos cursos, mas nunca além dos 26 anos; Outra a questão da saudação aos oficiais da milícia da LP, fardados, por uma questão de *solidariedade e comunhão de ideais que tão estreitamente ligam as duas organizações e os deveres recíprocos de cortesia que daí resultam para os filiados de ambas*.